

Aos dois dias do mês de Março do ano de dois mil e dezanove, pelas nove horas e trinta minutos na sua sede, sita na Rua 11 de Outubro 89, em São João da Madeira, por convocatória da respectiva presidente, Helena Teresa Anunciação Couto. -----

Nesta reunião estiveram presentes, para além da presidente já citada, António Luís Correia Costa na qualidade de Secretário, Pedro Teixeira da Silva, enquanto Tesoureiro e os restantes vogais da Junta de Freguesia, a saber: Ricardo José Martins dos Santos, Ana Marisa Pinheiro Brandão e Teresa Regina Marques da Silva Nunes Pires. Foi registada a ausência de Filipa Duarte Caldas Ribeiro por motivos pessoais. -----

A reunião foi presidida por Helena Couto, na qualidade de presidente e secretariada por António Costa. -----

A reunião foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Aprovação da acta da reunião anterior;
- 2- Análise financeira e dos indicadores do mês de Fevereiro;
- 3- Alteração do orçamento e definição das regras do Fundo de Maneio;
- 4- Avaliação do protocolo já existente do cartão Jovem;
- 5- Definição de verba para transportes das escolas e regras para as associações;
- 6- Proposta de Cheque veterinário;
- 7- Discussão e aprovação do plano de atividades do ano de 2019;
- 8- Discussão e aprovação das regras do Orçamento Participativo;
- 9- Outros assuntos.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos o Secretário leu e deu a assinar a ata número vinte e nove (29) a qual foi aprovada por unanimidade. -----

No segundo ponto da ordem de trabalhos foi apresentado ao executivo o mapa da situação financeira da junta de freguesia à data da presente reunião e que consta no documento em anexo a esta ata (Doc.1). Na análise dos indicadores (Doc.2), do mês de Janeiro, Ricardo Santos informou que no ano anterior os indicadores das atividades desportivas foram realizados tendo em conta a média do número de pessoas por semana, e que a partir de janeiro será utilizado o critério do somatório do número de pessoas que frequentam as sessões. Foi ainda apresentada e discutida a alteração orçamental, tendo sido aprovada por unanimidade, cujo documento se anexa a esta ata (Doc.3). Foi também informado ao executivo a necessidade da criação de novas rubricas a serem apresentadas na próxima reunião. -----

No ponto três da ordem de trabalhos foi abordado e discutido a necessidade da criação de um fundo de maneo e o tesoureiro ficou de elaborar uma proposta a apresentar na próxima reunião.-----

No quarto ponto da ordem de trabalhos foi analisado o Protocolo existente sobre o cartão municipal jovem, que foi assinado pela Junta de Freguesia em 2007. Após discussão e avaliação do mesmo, foi deliberado por unanimidade que não será de manter o protocolo do cartão jovem municipal nos termos em que está elaborado, ficando a Marisa Brandão responsável por apresentar uma proposta na próxima reunião de executivo -----

No quinto ponto da ordem de trabalhos relativo aos transportes para as escolas foi decidido retirar o ponto e criar um grupo de trabalho, que será composto pela presidente Helena Couto e pelo António Costa, que ficarão responsáveis por elaborar uma proposta de verba e regras-----

Em relação às associações, mais concretamente a ADS, ficou definido manter o acordado anteriormente, ou seja a cedência do autocarro para o máximo de duas viagens por mês aos fins de semana, sendo que a definição das modalidades a usufruir em cada momento caberá sempre à Direção da ADS. -----

No sexto ponto da ordem de trabalhos foram analisadas as várias possibilidades da criação do cheque veterinário, e optou-se pela assinatura de um Protocolo com a Ordem dos Médicos Veterinários (OMV), cuja minuta se anexa (Doc. 4), pois já é uma iniciativa com histórico e com a experiência noutros municípios e juntas de freguesia. Será ainda criada uma nova rubrica para esse efeito a ser apresentada na próxima assembleia de freguesia.-----

No sétimo ponto da ordem de trabalhos foi analisado por todos os elementos as várias atividades a programar. Foi ainda solicitado pela presidente que seria importante criar atividades para o parque de cães e para o frigorífico solidário de forma a melhorar ambas as propostas. -----

No oitavo ponto da ordem de trabalhos foi apresentado pelo Pedro Silva e discutido pelo restante executivo as normas de participação no orçamento participativo, que se pretende que seja feito em parceria com a Câmara Municipal. A proposta foi discutida e aprovada por unanimidade encontrando-se o respectivo documento anexo à presente ata (doc. 5)-----

No nono e último ponto da ordem de trabalhos foi informado pela presidente que recebemos um pedido de transporte para os dias dois, três e quatro de abril para as Fundações , por parte da Escola de Fundo de Vila , tendo o pedido sido aprovado por unanimidade. -----

Analisou-se também um pedido de subsídio e transporte da Associação Cultural Luís Lima (ACLL), este pedido solicita um apoio de quinhentos euros para o festival "Party Sleep Repeat" e ainda o apoio de duas viagens de ida e volta ao Porto, durante o festival para ajudar na deslocação dos participantes para São João da Madeira. Foi deliberado por unanimidade ceder

o transporte gratuitamente e ficou de se analisar o subsídio de apoio, após a apresentação de uma proposta da ACLL de parceria para o Encontro Internacional de Ilustração. -----

O tesoureiro informou acerca do ponto de situação da aplicação mobile da junta de freguesia (proposta do OP17). Como já tem vindo a ser discutido com a Câmara Municipal o objectivo será a integração da Junta de freguesia na app já existente. Neste sentido e após reunião na Câmara Municipal foi proposta a criação de um novo menu só para a freguesia que está em processo de elaboração.-----

Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a reunião às doze horas, lavrando-se a presente ata, a qual vai ser impressa em folhas com o verso em branco e que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela presidente, tesoureiro, todos os vogais presentes e por mim que a secretariei.-----

S. João da Madeira, 2 de Março de 2019

Presidente: *Helena Leão Amorim*

Secretário: *António Luís Correia Costa*

Tesoureiro: *Paula Teixeira de Silva*

Vogais: *Ana Maria Pinheiro Bucurdao*
Teresa Legizadro
Licardo Santos

Aliciação Orçamentai

Código FOCAL		Despesa					Observações
Código	Descrição	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Reposições abandadas aos pagamentos	Dotações Corrigidas	
			Inscritões/ Reforços	Diminuições/ Anulações			
05.02.02.19	Assistência Técnica	3.000,00	1.000,00			4.000,00	
05.01.01.04.01	Pessoal em Funções	15.200,00		6.230,00		8.970,00	
01.03.02.01.15.01	Plantões, condecorações e ofertas	500,00	500,00			1.000,00	
04.02.02.03	Conservação de bens	1.000,00	1.000,00			2.000,00	
01.03.04.07.04	Apoio ao cartão Sênior (Fisioterapia)	1.000,00	1.000,00			2.000,00	
05.06.02.03.05	Obras	500,00	2.730,00			3.230,00	
Total		21.200,00	6.230,00	6.230,00		21.200,00	

(Livres: euros)

Órgão Executivo

Em 02 de Março de 2014

Thelma Lee A. Cook
Mrs. Green. J. City.

1888

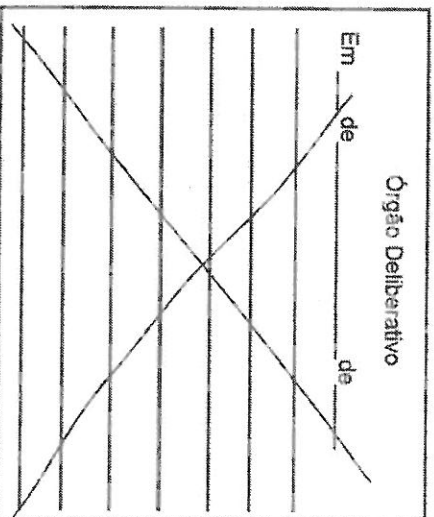
And the 15th Edition

1890

Antonio Luis Jones

Órgão Deliberativo

10/20/2011



INDICADORES DA ATIVIDADE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DA MADEIRA 2019

ATIVIDADE		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acumulado
CANÍDEOS	Registos	14	12											26
	Licenças	59	24											83
	Recettas Cobradas	305,00 €	165,00 €											470,00 €
SERVIÇOS ADMIN.	Atestados	136	113											249
	Autenticação de Fotocópias	0	3											3
	Recettas Cobradas	277,50 €	237,50 €											515,00 €
AUTOCARROS	Km efetuados ao abrigo protocolo	0	0											0
	Km efetuados a título de subsídio	1 610	1 034											2 644
	Km efetuados por atividades da JF	565	1 204											1 769
	serviços pagos	2	2											4
	Total global de km efetuados	2 177	2 238											4 415
BIBLIOTECA	Recettas Faturadas	351,25 €	120,00 €											471,25 €
	Fotocópias e Impressões	74	74											148
	Utilizadores dos computadores	89	98											187
	Requisições de livros	2	3											5
	Requisições de revistas	0	1											1
FISIOTERAPIA (Nº Pessoas)	Leitores diários de jornais/revistas	91	76											167
	Atletas Próprios da ADS até 18 anos	30	17											47
	Atletas Próprios da ADS mais de 18 anos	10	13											23
	Atletas e Estudantes até 18 anos (total)	12	16											28
	Atletas com mais de 18 anos (total)	2	3											5
	Pensionistas com cartão sénior A	4	5											9
	Pensionistas com cartão sénior B	3	3											6
	Pensionistas sem cartão sénior	5	1											6
	Municipes Recenseados	0	0											0
	Total	66	0			0	0	0	0	0	0	0	0	124
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Atletas Próprios da ADS até 18 anos	109	55											164
	Atletas Próprios da ADS mais de 18 anos	26	26											52
	Atletas e Estudantes até 18 anos (total)	54	57											111
	Atletas com mais de 18 anos (total)	5	12											17
	Pensionistas com cartão sénior A	24	21											45
	Pensionistas com cartão sénior B	14	11											25
	Pensionistas sem cartão sénior	27	8											35
	Municipes Recenseados	0	0											0
	Total	259	0											449
PICADINHA	Fundo de Vila / Orreiro	18	21											39
LAZER	Idas à Praia	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0
	Atividades Desportivas	34	132	0	0	0								166
	Passoio Cultural	0	0	0	0	0						0	0	0
	Termas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	IRS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Doc 1



Ano: 2019
Data: 01/03/2019
Pag.: 1

(unidade : euros)

[illegible]

Normas de participação do Orçamento Participativo de São João da Madeira - 2019

Preâmbulo

O OPSJM (doravante designado como OPSJM pretende reunir opiniões e contributos importantes junto da comunidade, de forma a inscrever as suas ideias nos Orçamentos da Junta de Freguesia e Câmara Municipal. Esta medida apela à participação cívica da população, promovendo um elevado sentido de cidadania, aprofundando o diálogo e concertação junto dos órgãos executivos de São João da Madeira.

Neste processo gradual de aprofundamento de um contexto local propício ao exercício da cidadania, a implementação de um orçamento participativo assume-se como um passo essencial, pelo que representa de efetivo reforço da proximidade entre os eleitos locais e a população do concelho.

Enquadramento Legal

O OPSJM é implementado como instrumento promotor do aprofundamento da democracia participativa, de acordo com os art.º 2 e 241.º da Constituição da República Portuguesa.

Capítulo I – Disposições Gerais

Artigo 1º - Princípio

O OPSJM contribui para o exercício de uma participação ativa, responsável e informada por parte dos cidadãos nos processos da governação da autarquia, garantindo a intervenção e participação dos indivíduos e das organizações da sociedade civil.

Handwritten notes in blue ink: "75000" and several illegible signatures.

Artigo 2º - Objetivos

Constituem objetivos do Orçamento Participativo:

- a) Incentivar o diálogo entre eleitos, colaboradores dos órgãos da autarquia, cidadãos e a sociedade civil organizada, na procura das melhores soluções para os problemas tendo em conta os recursos disponíveis;
- b) Contribuir para a educação cívica, permitindo aos cidadãos integrar as suas preocupações pessoais com o bem comum, compreender a complexidade dos problemas e desenvolver atitudes, competências e práticas de participação;
- c) Adequar as políticas públicas às necessidades e expectativas das pessoas, para melhorar a qualidade de vida no concelho;
- d) Promover um contacto constante, próximo, transparente e efetivo entre os cidadãos e os eleitos, num processo de concertação de esforços em prol da cidade de S. João da Madeira.

Artigo 3º - Valor global afetado

1- Ao OPSJM é atribuída a verba global de 115.000,00€ (cem mil euros) para financiar os projetos mais votados pelos cidadãos, sendo considerado nesse valor o IVA à taxa legal em vigor.

1.1 – Do valor acima referido, 100.000 € são oriundos do orçamento do Município e 15.000€ são oriundos do orçamento da Freguesia.

2- Dessa verba global:

- a) 15.000€ (quinze mil euros) serão destinados a financiar propostas de iniciativa e âmbito escolar, abrangendo equitativamente os três agrupamentos escolares de S. João da Madeira, designado por OPM – Escolas, que se rege pelas normas específicas que constam do anexo I.
- b) 15.000€ (quinze mil euros) serão destinados a financiar propostas de iniciativa e âmbito da Juventude, definido por OPM - Juventude.

RF-4.2
JFM
[Handwritten signatures]

c) 85.000€ (setenta mil euros) serão destinados a financiar propostas de iniciativa e âmbito geral, dividido nas seguintes categorias.

Projetos até 15.000€ serão executados pela Junta de Freguesia.

Projetos superiores a 15.000€ e até 70.000€ serão executados pela Câmara Municipal.

Artigo 4º - Âmbito

O orçamento participativo abrange a totalidade do território do concelho de S. João da Madeira e todas as áreas de competência da Câmara Municipal de S. João da Madeira e Junta de Freguesia de S. João da Madeira.

Artigo 5º - Participantes

Com exceção do caso do OPM – Escolas, que fica aberto à participação de todos os alunos inscritos nos respetivos estabelecimentos escolares, podem apresentar propostas no OPSJM todos os cidadãos, ou grupo de cidadãos, que sejam residentes, estudantes, trabalhadores ou representantes do movimento associativo, do mundo empresarial e das restantes organizações da sociedade civil são-joanense.

Capítulo II – Participação

Artigo 6º - Ciclo de participação

Sem prejuízo do calendário específico do OPM – Escolas, que se encontra no anexo I, o Orçamento Participativo de São João da Madeira tem um ciclo anual composto pelas seguintes fases:



1. Preparação: até 10 de Abril
2. Apresentação do Orçamento Participativo e recolha de propostas: entre 11 de Abril e 12 de Maio
3. Análise técnica das propostas: de 13 de Maio a 26 Maio
4. Publicação da decisão preliminar das propostas a votação: 27 Maio
5. Período de reclamações: de 28 Maio até 31 de Maio.
6. Divulgação final das propostas a votação: a 3 Junho.
7. Votações: entre 4 Junho e 30 Junho.
8. Apresentação pública dos projetos vencedores: 1 Julho

Artigo 7º - Apresentação de propostas

1. Sem prejuízo do disposto no nº 4, as propostas só podem ser apresentadas por via eletrónica, mediante registo a efetuar no site do OPSJM, ou nas Assembleias Participativas que se irão realizar, através de um balcão de apoio para o efeito.
2. Por via eletrónica, cada participante pode apresentar apenas uma proposta por categoria.
3. No âmbito da categoria da Juventude, só podem ser apresentadas propostas por jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos.

Artigo 8º - Propostas

1. As propostas podem respeitar a investimentos, requalificações, programas, atividades ou eventos, de interesse geral para a Cidade, nas seguintes áreas temáticas:

- a) Reabilitação e requalificação urbana
- b) Espaço Público e Espaços Verdes



Handwritten signatures and initials in blue ink.

- c) Proteção Ambiental e Energia
 - d) Saneamento e Higiene Urbana
 - e) Infraestruturas Viárias, Trânsito e Mobilidade
 - f) Turismo, Comércio e Promoção Económica
 - g) Educação e Juventude
 - h) Desporto
 - i) Ação Social
 - j) Cultura
 - k) Modernização Administrativa
2. As propostas devem ser claras e precisas quanto ao seu âmbito e objetivo, a fim de permitir uma correta análise e orçamentação pelos serviços municipais.
3. Se o mesmo texto incluir várias propostas, apenas a primeira será considerada.
4. Os participantes podem anexar à proposta elementos cujo conteúdo sirva de apoio à sua análise, designadamente fotografias, mapas ou plantas de localização constando a descrição da proposta necessariamente no campo destinado a esse efeito.
5. Não se consideram as propostas que:
- a) Configurem pedidos de apoio ou venda de serviços a entidades concretas;
 - b) Após análise dos serviços, se verifique excederem o valor afetado, nos termos e para os efeitos do artigo 3º, e/ou o prazo estimado de dois anos para a sua execução;
 - c) Contrariem ou sejam incompatíveis com planos, projetos municipais e legislação em vigor;
 - d) Estejam a ser ou tenham sido executadas no âmbito do Plano de Investimentos/Atividades Municipal ou Intermunicipal e/ou da Junta de Freguesia;
 - e) Sejam relativas à cobrança de receita ou funcionamento interno da Câmara Municipal e ou Junta de Freguesia;
 - f) Sejam demasiado genéricas ou muito abrangentes, não permitindo a sua adaptação a projeto;

- g) Não sejam tecnicamente exequíveis, mediante parecer dos competentes serviços técnicos municipais;
- h) Sejam do mesmo âmbito/fim específico do projeto vencedor, nos termos do art.º 14º, na edição anterior do OPM.
- i) O OPSJM não se destina a projetos empresariais ou que visem trazer benefícios, nomeadamente financeiros, ao autor ou autores dos projetos

Artigo 9º - Assembleias Participativas

1. As Assembleias Participativas visam permitir a participação de todos os cidadãos, especialmente aqueles que têm dificuldades de acesso aos meios digitais, através de um balcão de apoio, sendo organizadas no decurso do período de apresentação de propostas.
2. Podem participar nas Assembleias Participativas todos os cidadãos que cumpram os requisitos de participação do art.º 5º.

Artigo 10º - Análise técnica das propostas

1. Na fase de análise das propostas apresentadas pelos cidadãos, os serviços municipais verificam a sua conformidade com as presentes normas, assim como a sua viabilidade.
2. As propostas que reúnam as condições de elegibilidade são adaptadas, caso seja necessário, a projeto.
3. Os projetos que resultarem da análise dos serviços não têm obrigatoriamente de ser uma transcrição das propostas que lhe deram origem, dado que existem propostas que, para terem condições de execução, poderão necessitar de ajustes técnicos por parte dos serviços municipais, requerendo esta adaptação, contudo, o diálogo prévio com o proponente respetivo.
4. A semelhança do conteúdo ou a proximidade geográfica entre propostas poderá originar a integração de várias num só projeto, desde que obtenha a concordância dos proponentes.
5. A não adaptação de propostas a projetos após análise técnica será devidamente justificada com base nas presentes normas e comunicada aos cidadãos proponentes.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AP' and 'AB'.

6. A equipa técnica responsável pela análise das propostas do Orçamento Participativo compromete-se a esclarecer as questões colocadas pelos participantes.
7. Todas as propostas adaptadas a projeto, assim como os documentos anexos às mesmas, passam a ser propriedade do Município.
8. Cabe ao presidente da Câmara Municipal, após informação dos serviços, decidir quanto à admissão de propostas a votação, sendo da competência do Presidente da Junta de Freguesia no tocante aos projetos de âmbito geral até 15.000€.

Artigo 11º - Período de Reclamação e Resposta dos Serviços

1. Os participantes que não concordarem com a forma de adaptação das propostas a projeto ou com a não adaptação da sua proposta a projeto, poderão reclamar através do correio eletrónico para o efeito definido, no período previsto no n.º 5 do art.º 6º.
2. Findo o prazo indicado, não serão consideradas as reclamações recebidas para efeitos de análise no âmbito do OPSJM.
3. A decisão sobre reclamações é tomada pelo Presidente da Câmara Municipal, sendo da competência do Presidente da Junta de Freguesia os projetos de âmbito geral até 15.000€
4. Será dada resposta às reclamações recebidas, e será publicada a lista definitiva de projetos a submeter a votação bem como prestada informação pública sobre as propostas excluídas, consoante as mesmas se dirijam a propostas a executar pelo Município ou pela Freguesia.

Artigo 12º - Votação

1. Salvo o caso do OPM-Escolas, a votação decorre por via eletrónica no sítio criado pela Câmara Municipal, por SMS ou presencialmente nas Assembleias de Voto que serão organizadas durante o período de votação.
2. Nas Assembleias de Voto estarão colaboradores da autarquia devidamente credenciados para informar e ajudar na votação.
3. As Assembleias de Voto terão lugar nos dias e locais a divulgar.



4. O cidadão deve ter em sua posse documento(s) comprovativo(s) da qualidade de participante, nos termos do art.º 5º.
5. Os cidadãos eleitores, ao exercerem o seu direito de voto, terão obrigatoriamente de votar em 2 propostas diferentes por categoria.

Artigo 13º - Apoio à participação

Os participantes poderão obter apoio durante todo o ciclo de participação na Câmara Municipal, na Junta de Freguesia bem como em diversos espaços municipais, cuja divulgação será efetuada atempadamente ou consultando o portal criado.

Artigo 14º - Projetos Vencedores

1. São vencedores os projetos mais votados pelos cidadãos que se encontrem dentro do valor referido no art.º 3º e que tenham, pelo menos, 50 (cinquenta) votos. No OPM – Escolas, são vencedores os projetos mais votados em cada escola até ao montante máximo referido anteriormente e nas normas específicas de participação.
2. Caso o projeto mais votado não esgote a totalidade da verba global prevista no art. 3º, será, sucessivamente, considerado o projeto seguinte mais votado que tenha cabimento na verba remanescente.

Artigo 15º - Avaliação

Os cidadãos serão convidados a avaliar esta edição do OPSJM, através de inquérito, antes da implementação de qualquer outra edição.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "Dê" and various scribbles.

Artigo 16º - Prestação de contas

Será disponibilizada de forma permanente, para consulta dos cidadãos, no sítio do OPSJM, toda a informação relevante respeitante a esta edição do OPSJM, incluindo estado de execução dos projetos.

Capítulo III - Disposições Finais

Artigo 17º - Revisão das Normas de Participação

1. As presentes Normas de Participação estão sujeitas a uma avaliação e revisão anual.

Artigo 18º - Disposições transitórias

A organização, por forma a agilizar todo o processo de participação, pode ajustar ou reorganizar as normas e os prazos definidos nestas normas.

Artigo 19º – O OPSJM não se destina a projetos empresariais ou que visem trazer benefícios nomeadamente financeiros, ao autor ou autores dos projetos

Artigo 20º - Casos Omissos

A organização do OPSJM reserva-se ao direito de decidir em conformidade, perante casos omissos neste Regulamento.